

# **COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

## **REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_ DE 2017**

Dos Srs. Deputados Luiz Carlos Caetano e Paulo Teixeira

Requer realização de audiência pública para tratar da Resolução nº 414/2010 da ANEEL, a qual estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica de forma atualizada e consolidada.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no artigo 32, inciso VII, combinado com o artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para tratar sobre a Resolução nº 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Tal Resolução encontra-se em sede de consulta pública nº 068/2017, proposta pela ANEEL em 22 de novembro de 2017, até 09 de janeiro de 2018.

Para a realização dessa audiência, ficam convidados representantes das seguintes instituições:

1. Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
2. Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU;
3. Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU;
4. Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB;
5. Associação Brasileira de Municípios - ABM;
6. Conselho Nacional de Municípios – CNM;
7. Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Atualmente, nos termos do art. 47 e 48 da Resolução nº 414/2010, a distribuidora é responsável pelos investimentos e pela construção de redes e instalações na distribuição de energia elétrica para o atendimento das unidades consumidoras situadas em empreendimentos habitacionais de interesse social e na regularização fundiária de interesse social.

Contudo, após a aprovação da lei nº 13.465/2017, a ANEEL passou a interpretar que não mais lhe cabe tal atribuição, remetendo essa responsabilidade aos municípios, nos termos dos artigos 33 e 37 da referida lei.

Assim, é fundamental que tal proposta seja amplamente debatida no âmbito desta Comissão, com a finalidade de trabalhar com o aprimoramento das propostas.

Pelos fatos expostos é necessário que esta Comissão se aproprie dos fatos e possa colaborar com a solução de tais demandas, em consonância com o interesse público atinente a tal temática, pelo que apresentamos o presente Requerimento, confiantes no apoio dos demais integrantes desta Comissão.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2017